

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ampla presença do Centrão animou governo na posse

Governo e oposição batalham no Congresso

Houve muita comemoração no Palácio do Planalto com o alto comparecimento de parlamentares do Centrão na posse de José Guimarães na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência. Inclusive com a presença dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), inclusive, ambos, com muitos elogios ao novo ministro. Mas, para além do otimismo do governo, há uma expectativa de que tanto Motta quanto Alcolumbre atuam na condução das duas Casas do Congresso dando uma no cravo outra na ferradura. A verdade é que ambos, assim como seus liderados do Centrão, hoje observam as pesquisas e enxergam uma eleição aberta.

Há 6x1 e há dosimetria

Nessa linha, governo e oposição jogam as suas fichas. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou na quarta-feira (22) a constitucionalidade da PEC que acaba com a escala 6x1 de trabalho. Ainda não é uma discussão de mérito. Mas a verdade é que o governo já dá o tema como ganho. Isso, porém, não significa que o governo recuperou o controle do Congresso. Ganha na 6x1 e deve perder na dosimetria.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Alcolumbre e Pacheco envolveram-se na dosimetria

Aliados envolvidos na dosimetria

Se o governo estima que a oposição jogou a toalha quanto ao fim da escala 6x1, já sinaliza também ter de certa forma jogado a toalha quanto ao PL da Dosimetria. A oposição deverá derrubar o veto integral que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ao projeto que reduz as penas dos envolvidos na tentativa de golpe. No caso, os partidos que compõe o governo farão seus posicionamentos, ficarão contra, mas não deverão ter força para evitar. Até porque há aliados que se envolveram diretamente na construção do projeto.

Pacheco: oposição só queria anistia

O primeiro é o próprio Davi Alcolumbre, outro o senador Rodrigo Pacheco (PSB), que Lula quer disputando o governo de Minas Gerais. Pacheco envolveu-se na primeira proposta, que depois teve como relator final o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP). Pacheco gosta de lembrar, inclusive, que no começo a oposição era totalmente contrária a qualquer solução intermediária.

POR
RUDOLFO LAGO

Duelo

De qualquer modo, deve se intensificar um duelo entre oposição e governo no Congresso em torno da aprovação das pautas de seu interesse. O que as pesquisas hoje mostram é que o elemento definidor das eleições deste ano é para onde caminhará o eleitor de centro. E é ele que se tenta conquistar.

Agenda

No caso do governo, prepara-se para os próximos dias uma intensa agenda de viagens de Lula pelo país. O caminho, como já dissemos por aqui, é atrair o centro a partir dos parlamentares do Centrão, integrando-os a essa agenda que o presidente fará, inaugurando obras e participando de eventos.

Obras

Como tínhamos adiantado aqui no Correio Político, começaram desde a semana passada a ser veiculados anúncios na TV e outros meios que mostram que muitas obras nos estados e no Distrito Federal que tinham a aparência de serem dos governos estaduais são obras federais.

DF

Como exemplo, no caso do Distrito Federal, a propaganda mostra que as obras viárias que estão sendo feitas, com construção de diversos viadutos e corredores exclusivos para ônibus, são do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e não do GDF. Nos outros estados, propagandas semelhantes estão sendo veiculadas.

Emendas

Apesar de toda a controvérsia pela suspeita de desvios em muitos casos, muitas dessas obras foram irrigadas com recursos de emendas parlamentares ao orçamento. Assim, onde essa utilização do recurso orçamentário foi legítima, a ideia é envolver o parlamentar responsável pela emenda no anúncio.

Oposição

O governo se mexe, mas a oposição não fica parada. No caso da campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), além da aprovação das suas pautas no Congresso, o próximo passo estará na escolha do seu candidato a vice. Até o momento, Flávio tem tido um problema: o PL estreita a possibilidade de alianças.



Prisão de Ragem foi o estopim da nova crise com os EUA

Expulsão de delegado: nova crise com os EUA

Ação de reciprocidade aprofunda tensão

Por Beatriz Matos

O governo brasileiro decidiu devolver na mesma moeda o gesto dos Estados Unidos (EUA) e abriu uma nova frente de atrito diplomático com Washington. Depois da retirada do delegado da Polícia Federal (PF) Marcelo Ivo de Carvalho do posto de oficial de ligação em Miami, o Brasil resolveu aplicar o princípio da reciprocidade e interromper as funções de um agente americano que atuava em área equivalente no país.

A crise, que começou com a prisão do ex-deputado Alexandre Ragem em território americano, ganhou contornos políticos, diplomáticos e policiais.

Marcelo Ivo atuava desde 2023 junto ao Serviço de Imigração e Controle de Aduanas (ICE), o serviço de imigração e alfândega dos Estados Unidos, em missão de cooperação entre os dois países. A permanência dele havia sido prorrogada e, até então, nada indicava ruptura.

O cenário mudou quando o governo Donald Trump determinou sua saída, sob a alegação de que o delegado teria tentado usar o sistema migratório americano para contornar pedidos formais de extradição e levar uma suposta perseguição política ao território dos EUA.

A medida foi associada à atuação do delegado no caso Ragem, preso em 13 de abril e

solto dois dias depois. Ragem, condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e considerado foragido pela Justiça brasileira, estava nos EUA em situação migratória irregular.

Nos bastidores, o Planalto foi pego de surpresa. Até a noite de terça-feira (21), o governo ainda alegava não ter recebido comunicação oficial das autoridades americanas e cobrava “explicações convincentes” do ICE e do Departamento de Estado.

A avaliação interna era de estranheza, sobretudo porque o delegado brasileiro trabalhava em cooperação com os próprios americanos. A leitura no governo passou a ser a de que, sem justificativa formal, o gesto dos EUA era político e exigia resposta.

O Itamaraty, por sua vez, formalizou o movimento ao convocar representante da embaixada americana e informar que o Brasil aplicaria o mesmo tratamento após a interrupção sumária das funções do oficial brasileiro em Miami.

O deputado Hélio Lopes (PL-RJ) apresentou denúncia-crime contra o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva. Já o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) classificou como ilegal a retirada das credenciais do agente americano. O senador Jorge Seif (PL-RJ) pediu a convocação do delegado Marcelo Ivo no Senado para explicar as circunstâncias de sua saída.